



S-4742/2025

Exmo(a). Senhor(a)  
AMAG - EDITORA, LDA  
RUA FRANÇA JÚNIOR 1-67  
MATOSINHOS  
4450-135 MATOSINHOS

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência

Data

S-4742/2025

2025/03/24

**NIPG: 9605/25**

**Assunto:** PROCEDIMENTO N.º 164/25 - AQUISIÇÃO DE 100 EXEMPLARES DO LIVRO "ÁLVARO SIZA THROUGH THE LENS OS PEDRO CARDIGO"

**CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos bens acima referidos, nos termos do caderno de encargos/especificações técnicas em anexo, foi pelo órgão competente formulada decisão de contratar, mediante despacho oportunamente proferido nesse sentido.

- 1. Objeto do contrato:** **AQUISIÇÃO DE 100 EXEMPLARES DO LIVRO "ÁLVARO SIZA THROUGH THE LENS OS PEDRO CARDIGO".**
- 2. Preço Base:** 5 377,40 € (Cinco mil trezentos e setenta e sete euros e quarenta cêntimos).
- 3. Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV):** Código do CPV 22110000 – "Livros impressos", do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007 e publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008.
- 4. Entidade adjudicante:** Município da Maia.
- 5. O Órgão que tomou a decisão de contratar:** A decisão de contratar foi aprovada pelo Ex.mo Senhor Presidente em 24 de março de 2025.
- 6. Procedimento para a formação de contrato:** Ajuste Direto por Critério Materiais – em função do valor, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
- 7. Elementos da proposta:** A proposta deve indicar os seguintes elementos:
  - Objeto da prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas;
  - Preço total e condições de pagamento;
  - Prazos de entrega/ execução;
  - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal, quando aplicável.
- 8. Documentos da proposta:**
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos/especificações técnicas, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I;
  - b) Certidão do Registo Comercial ou documento similar.
  - c) Outros documentos que possam ser exigidos em função do objeto do procedimento.



d) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

**9. Prazo para apresentação da proposta:** 6 dias (prazo contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados), através da plataforma de contratação pública – meio eletrónico de dados.

**10. Modo de apresentação da proposta:** A proposta deve ser apresentada através da plataforma de contratação pública – meio eletrónico de dados.

**11. Propostas variantes:** Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

**12. Prazo para manutenção das propostas:** 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

**13. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação:** 5 dias após a notificação de adjudicação.

Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo de 5 dias, são os seguintes:

- a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
- b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo constantes no RCBE –Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- f) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- g) Certidão do registo comercial ou documento similar.

**14. Prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação:** 5 dias após a correspondente notificação.



**15. Prestação de caução:** Não é exigível nos termos do n.º 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

**16. Contrato escrito:** Não é exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> os meus melhores cumprimentos e os protestos da mais elevada estima e consideração.

A Diretora do Departamento de Finanças e Património

Assinado de forma digital por  
A Diretora do D.F.P.  
Alexandra Carvalho  
Data: 24-03-2025 22:20:23

---

(Alexandra Maria de Carvalho Pereira)

ao abrigo da competência delegada no despacho n.º 5/2022, de 19 de janeiro



## Anexo I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

(alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º, do CCP)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



**Anexo II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**(Alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, do CCP)**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º